



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001681-34.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções**  
 Requerente: **GRACIELE DI VANGE FERREIRA**  
 Requerido: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

### CONCLUSÃO

Em 26 de março de 2014, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

### Vistos.

Trata-se de ação ordinária proposta por **GRACIELE DI VANGE FERREIRA**, contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, alegando, em resumo, que, em meados de outubro de 2012, ao realizar o procedimento para licenciar seu veículo, foi surpreendida com a informação da existência de multas aplicadas pelo requerido. Aduz que, para regularizar a documentação de seu veículo, viu-se obrigada a efetuar o pagamento das referidas multas, mesmo não tendo sido autuada pessoalmente e tampouco notificada acerca de tais infrações, impossibilitando, assim, sua defesa. Sustenta que a ausência de notificação invalida todo o processo administrativo para aplicação das multas, requer a nulidade dos autos de infração de trânsito e demais atos praticados, bem como a restituição do valor das multas pagas indevidamente.

Indeferida a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional (fls. 55 ), interpôs a autora recurso de Agravo na forma retida (fls. 57/59).

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** apresentou contestação (fls. 38/60), sustentando a legalidade do ato, visto que as notificações foram regularmente emitidas conforme informação do Sistema de Administração de Autuações de Trânsito da Prefeitura Municipal. Aduz que o endereço cadastrado no sistema do Órgão de Trânsito é o mesmo da residência da autora, mas que por culpa exclusiva do Correio há uma falha constante na entrega das correspondências no bairro em que mora a autora. Aduz, ainda,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

que a obrigação do órgão fiscalizador é a de enviar as notificações para o endereço constante no cadastro e que eventuais irregularidades na entrega das correspondências, de responsabilidade dos Correios, não lhe podem ser imputadas. Por fim, argumenta que, em cumprimento ao artigo 12 da Resolução 404/12 do CONTRAN, publicou edital no Diário Oficial contendo a relação das multas aplicadas.

### **É o relatório.**

### **DECIDO.**

A lide comporta julgamento antecipado na forma prevista no artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. É sabido que o julgamento antecipado da lide, mais que uma faculdade, é um dever do Juiz, possível sempre que se fizerem desnecessárias outras provas além das já carreadas aos autos. Já se decidiu, aliás, que “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (Ac. Unânime, 4a T. do STJ, j. 14/08/90, REsp n. 2832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJU 19.09.90, p. 9.513)”.<sup>1</sup> E, ainda: “constantes dos autos elementos suficientes para formar o convencimento do Julgador, incorre cerceamento de defesa, se julgada antecipadamente a controvérsia (STJ, 4a T., Ag. 14.952-DF, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91, DJU 03.02.92)”.<sup>2</sup>

A autora alega não ter sido notificada acerca das autuações de infração e respectivas imposições de penalidades e somente ter tido ciência delas por ocasião do licenciamento do veículo e, por não ter havido oportunidade de defesa, deve ser reconhecida a nulidade do procedimento administrativo instaurado.

De fato, não ficou demonstrado nos autos que a autora teve conhecimento oportuno das penalidades que lhe foram aplicadas. Na verdade, pelos documentos juntados, embora tenham sido expedidas notificações à proprietária do veículo, as correspondências foram devolvidas ao remetente com registro de destinatário “não procurado” (v. fls. 29/30 e 43/44).

O próprio Município admite que houve falha do Correio na entrega de correspondências no bairro da autora.

Destarte, não tendo a autora sido efetivamente notificada das

<sup>1</sup> In CPC Anotado, Humberto Theodoro Jr., ed Forense, pág.149, 1995.

<sup>2</sup> In CPC e Legislação Processual em vigor, Theotônio Negrão, ed. Saraiva, pág.294, 1997.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

autuações e imposição de multa originárias, lhe foi cerceado o direito ao contraditório e à ampla defesa. Os artigos 280 a 290 do CTB disciplinam o processo administrativo que foi regulamentado pela Resolução CONTRAN 149/2003, que determina a notificação do proprietário do veículo, no prazo máximo de 30 dias do cometimento da infração, assegurando-se prazo não inferior a quinze dias para a defesa e para eventual identificação do condutor infrator. Idêntica solução foi dada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação nº 994.06.102701-0, cujos argumentos se adota como razão de decidir: “1. Da compulsa aos elementos dos autos, forçoso reconhecer a irregularidade da notificação havida nos autos em razão de flagrante falha em sua remessa e entrega pelos Correios e que fulminou sua validade e não permitiu o exercício do direito à ampla defesa e ao contraditório - Ofensa ao art. 282 do Código de Trânsito Brasileiro - Declaração de nulidade das infrações que se impõe bem como a condenação da requerida na devolução dos valores pagos, com correção monetária do desembolso e juros de mora da citação. 2. Descabido, no entanto, ressarcimento por supostos danos materiais ou morais porque não comprovados, até porque, mero dissabor. 3. Ônus de sucumbência carreados à requerida. Sentença reformada - Apelação provida em parte”.

Não se pode aceitar o argumento de que a falha havida não seja de responsabilidade da Municipalidade porque cometida pelo Correio. Ora, se o Município se utiliza do Correio para a prestação dos serviços, é sua a responsabilidade também por eventuais erros deste. De outra parte, convém anotar que, realmente, o Código Brasileiro de Trânsito não preconiza a necessidade de que a correspondência de notificação da infração se dê por AR. No entanto, se o requerido adotou tal procedimento, deve ele ser observado em todos os seus pormenores, não podendo lhe beneficiar erros cometidos em tal procedimento e em prejuízo do cidadão.

Não se ignora que, em sede de notificação administrativa referente à infração de trânsito, há que se mitigar as formalidades não equiparáveis, por exemplo, às exigíveis para citação em processo judicial civil ou penal como autoriza o prescrito no art. 282, § 1º, do CTB, a indicar, a princípio, sua regularidade com a mera expedição para o endereço constante no cadastro do DETRAN, imputando-se à proprietária do veículo a responsabilidade por desatualização de seu endereço, em tal cadastro. Entretanto, a situação referente às multas, comprovada nos autos, não foi de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

devolução da notificação, por endereço desatualizado. Houvesse certeza de recebimento da notificação no tal endereço, por algum parente da autora, morador, empregado ou até zelador, poder-se-ia salvar a regularidade daquelas notificações (TJSP: Ap. nº 921.537-5/4-00, 1ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Renato Nalini, j. 6/10/2009). Mas não se pode afirmar, pelo que consta nos autos, que isso ocorreu.

Por fim, insta salientar que o "caput" do art. 282 do CTB preconiza que **o meio escolhido para a notificação seja hábil a assegurar a "ciência da imposição da penalidade"**. Esta segurança e certeza na notificação não ocorreu no caso em análise. Em sendo assim, a mácula havida na notificação atinge e contamina todo o procedimento administrativo que resultou na imposição das multas e, via de consequência, acarreta a sua nulidade.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar a nulidade dos Autos de Infrações e, consequentemente, determinar a exclusão da pontuação na Carteira Nacional de Habilitação da autora, em relação às infrações anuladas.

Sem prejuízo, condeno o Município de São Carlos a restituir à autora o valor pago pelas multas, com correção monetária e juros nos termos do artigo 1º, F da Lei 9.494/97 (alterado pela Lei 11.960/09), contados do dia do pagamento.

Diante da sucumbência, condeno o requerido, ao pagamento das custas processuais, na forma da lei e dos honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 100,00 (cem reais).

Não há recurso necessário por envolver direito controvertido em valor não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, §2º, CPC).

**P. R. I. C.**

São Carlos, 26 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**